



INSTITUTO
BRASILEIRO DE
PETRÓLEO E GÁS

#EnergiaParaSuperar



Revisão Legal da Exploração de Portos e Instalações Portuárias



Desenvolvimento da infraestrutura é desafio nacional

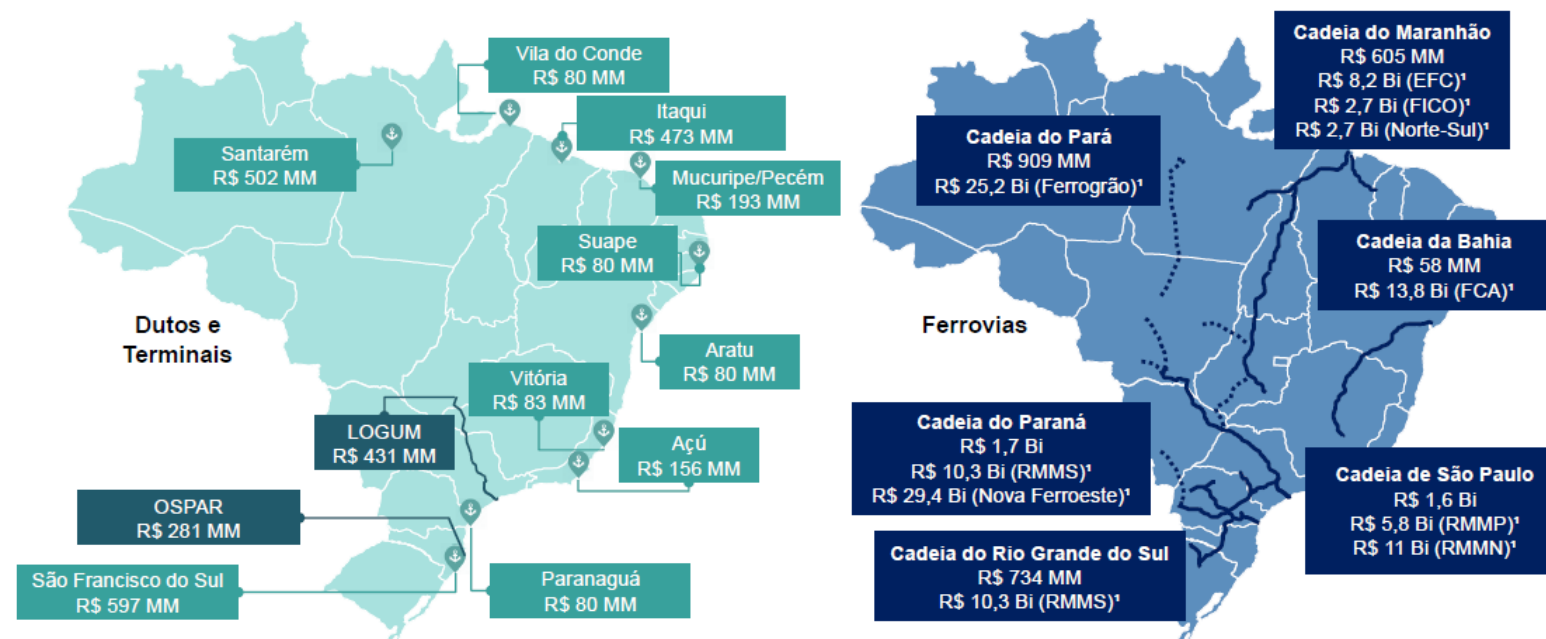
Estudo do IBP com a consultoria Leggio indicou a necessidade de R\$ 120 bilhões em investimentos, até 2035, para a garantia do abastecimento nacional.



Revisão Legal da Exploração de Portos e Instalações Portuárias

Necessário criar condições adequadas aos investimentos

Cenário fiscal indica que a iniciativa privada é fundamental para o desenvolvimento de projetos e expansões da infraestrutura atual.



Revisão Legal da Exploração de Portos e Instalações Portuárias



Segurança jurídica e estabilidade regulatória são centrais

Investimentos em infraestrutura se caracterizam por aportes vultosos e retornos de longo prazo. No contexto dos portos e instalações portuárias, no caso do setor de óleo e gás, sugerimos incentivar a continuidade e atratividade do programa de concessões:

GOVERNANÇA

Equilibrar autonomias e induzir coordenação entre órgãos que participam os processos de outorga e exploração portuárias.

PREVISIBILIDADE

Promover a transparência e a previsibilidade de requisitos exigidos em editais, parâmetros utilizados em estudos, e das decisões locais.

OPERAÇÃO

Priorizar investimentos tidos como estratégicos para o país e garantir processos operacionais adequados, inclusive pós-leilão.

Revisão Legal da Exploração de Portos e Instalações Portuárias



GOVERNANÇA

- Equilibrar centralização (Poder Concedente/ANTAQ) e autonomia (gestão portuária)
- Permitir a delegação de autonomia para algumas decisões ou circunstâncias
- Harmonizar decisões e procedimentos entre diferentes portos
- Promover a integração e a coordenação dos órgãos intervenientes
- Revisitar papel do Conselho de Autoridade Portuária (CAP)
- Criar um Comitê de Integração com papel sugestivo
- Criar mecanismos para resolução de conflitos com respeito às autonomias decisórias

Revisão Legal da Exploração de Portos e Instalações Portuárias



PREVISIBILIDADE

- Aprimorar diretrizes das políticas públicas (ex. atração de investimentos, liberdade econômica, transição energética)
- Garantir exigências burocráticas compatíveis com os requisitos dos editais, com prazos e procedimentos claros, incluindo casos de atraso / inadimplência
- Ampliar transparência na precificação da exploração de áreas portuárias
- Incentivar a utilização de premissas e parâmetros realistas em estudos
- Promover a transparência para monitoramento das decisões locais
- Incentivar a realização de análises de impactos regulatórios e operacionais

Revisão Legal da Exploração de Portos e Instalações Portuárias



OPERAÇÃO

- Estabelecer mecanismos de priorização de investimentos estratégicos para o país (ex. “*fast-track*” de implementação, com critérios objetivos e transparentes)
- Definir papéis e responsabilidades pelos passivos ambientais
- Garantir que transições no pós-leilão ocorram sem descontinuidade operacional
- Incluir nas exigências de outorga que a oferta de áreas seja condicionada à comprovação do não congestionamento portuário dos diferentes modais associados
- Manter a dispensa do setor de graneis líquido relativa a operadores portuários
- Dotar órgãos competentes com recursos e capacitação técnica compatíveis com o exercício de suas atividades (ex.: receitas dos leilões reinvestidas em capacitação)

Revisão Legal da Exploração de Portos e Instalações Portuárias



Novo estudo em desenvolvimento

IBP e Leggio estão atualizando o mapeamento de infraestruturas prioritárias, que incluirá a identificação de lacunas e pontos de atenção nos arcabouços legal e infralegal. Esperamos apresentar contribuições adicionais para a revisão legal da exploração de portos e instalações portuárias até junho/24.



Samuel Carvalho

Gerente de Processos Regulatórios

samuel.carvalho@ibp.org.br

